

**NIEP
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
Ideologias, mentalidades e discursos. A que políticas nos alinhamos?			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Gelta Terezinha R. Xavier	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professora
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Ao relacionar os conceitos referidos aos termos do título deste trabalho, determinamo-nos realizar análises sobre o conteúdo das políticas sociais, educacionais e curriculares das quais nos aproximamos pelos sentidos que elas tomam ou possam tomar no conjunto dos acontecimentos do último quarto de século. Distinguir medidas governamentais de políticas (sociais, educacionais etc.) implica ressaltar interpretações e iniciativas que historicamente situamos, desde a condição classista adotada quando a crítica e a ação política se realizam. Otavio Ianni (1979), em "Ditadura e agricultura" favorece encaminhar análises das medidas como exercício profícuo, quando tal intelectual enumera medidas dos governos militares, que trazem discursos distintos das práticas. Uma série de documentos tem sido analisados em outros momentos, inclusive por autores distintos. Propostas no plano das políticas educacionais vêm sendo defendidas e debatidas. Que razões, que fundamentos, que pressupostos são tomados como referenciais? Que ideologias os respaldam? Que mudanças de mentalidade são verificadas? Que discursos os suportam?</p> <p>A atenção à produção cinematográfica envolve-nos quanto às compreensões do conteúdo dos projetos políticos em pauta. Em filmes como "Dogville" (Lars Von Trier, 2003) e "A separação" (Asghar Farhadi, 2010) temos acesso a considerações sobre o que são a convergência e a dispersão que levam às escolhas, evidenciando polos dos comportamentos, opostos quando as razões são identificadas. Como intelectuais localizados em determinado campo, intensificar o exame do que significam nossas escolhas e tarefa permanentemente exigida, se desejamos cumprir papel social relevante.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Políticas Educacionais; currículo; ideologias			
ABSTRACT			
<p>By relating the concepts referred to the terms of the title of this essay, we determine to perform analyses on the content of social, educational and curricular policies, which we approach for the senses they take or they can take in the course of all events in the past quarter century. Distinguishing government measures of policies (social, educational, etc.) implies emphasizing interpretations and initiatives that we situate historically from the classist condition adopted when criticism and political action take place. Following Octavio Ianni (1979), as in "Dictatorship and agriculture" to forward the analyses of the measures can be useful exercise when the mentioned intellectual enumerates measures of military governments which they bring in the speech and do not put into practice.</p> <p>A number of documents have been analyzed at other times, also by different authors. A series of proposals in terms of educational policies has been defended and debated. What are the reasons, foundations, assumptions taken as references? What ideologies foster them? What mentality changes are checked? What speeches support them? The attention to film production involves us concerning the understanding of the content of political projects in question. In films such as "Dogville" (Lars Von Trier, 2003) and "The Separation" (Asghar Farhadi, 2010), we have access to considerations on what convergence and dispersion are, which lead to choices, demonstrating poles of behaviors, that are opposites when the reasons are identified. As intellectuals located in a particular field, intensifying the examination of what our choices mean is a permanently required task if we wish to carry out a relevant social role.</p>			
KEYWORDS			
Educational Policy; curriculum; ideologies			
EIXO TEMÁTICO			
Marx e a formação humana			

1- Políticas Educacionais/Curriculares como temática visada em estudos e investigações

O Núcleo de Pesquisas e Estudos em Currículo, Faculdade de Educação/UFF aborda frequentemente a temática acima mencionada como base para realizar as investigações do mesmo modo que se implica em intervenções no âmbito das escolas de nível básico e superior. Situa o campo do currículo entre essas iniciativas e busca tratar das especificidades que as práticas educativas exigem quando analisamos, avaliamos e propomos mudanças dos conceitos e ações.

Neste trabalho, os termos centrais do título visam à compreensão dos mecanismos empíricos observáveis específicos pelos quais a sociedade contemporânea envolve-se e realiza práticas educativas junto às jovens gerações. A relação cultura-currículo é evidenciada desde a explicitação das tensões que emergiram, no passado recente, dos textos modelados por professores quando lhes cabiam definir conteúdos e métodos das propostas curriculares, ou quando nas diversas iniciativas

para compor reformas, em relação à legislação – a escrita primeira e as interpretações pertinentes – anunciavam desenhos distintos dos textos oficiais.

A década de 1980 é referida aqui e em diversos estudos como um tempo em que os educadores, fazendo-se ativistas políticos, desencadearam iniciativas de mudanças e inovações que repercutiram, mesmo considerando os retrocessos, em propostas consistentes e coerentes com as expectativas de reformas políticas e educacionais que no continente latino-americano eram anunciadas.

Situados cronologicamente serão apresentados três passos de um embate entre autoridades e autorizados. As discussões em torno das reformas educacionais que atingiram a formação de professores tomou fôlego quando se previu que, após a promulgação da Nova Carta Constitucional, a lei ordinária da educação seria revista.

Durante os governos militares, as iniciativas de oferecer condições para modificar os padrões de formação profissional para o magistério foram frequentes. Não é pouco lembrar o que significaram a licenciatura curta e a licenciatura plena. Adiante, implementaram-se os cursos normais superiores e os correspondentes Institutos, dissociando-se do que haviam sido os Institutos de Educação e a escola normal.

Acréscimo de exigências aos professores e subtração das condições de qualidade quanto à oferta e acompanhamento dos processos foram denunciados em todos os espaços, desde os grandes eventos nacionais aos seminários, fóruns, palestras e debates.

As demais medidas que diretamente atingiram os professores deram-se quando do debate no Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Professores no nível médio (Parecer CEB 1/99 e Resolução CEB nº2/99).

Em outro polo, mas não se efetivando como oposição ao que o Ministério da Educação realizava, as iniciativas da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro quando implementou o movimento de Reorientação Curricular, em 2007 e em anos subsequentes, podem ser consideradas paralelas ao que vinham pleiteando os educadores através das discussões firmadas nas regionais e nas escolas.

O objetivo é, assim, discutir as dinâmicas em que se implicam os intelectuais do campo da educação ao adotarem e defenderem certos projetos que oscilam do conservadorismo a posições coerentes com as mudanças. O currículo vem, desse modo, sendo tomado como práxis o que implica tomar partido, instruindo a análise das atividades pedagógicas que: a) constroem-se através

da relação entre refletir e atuar, conforme o processo circular de planejamento, ação, avaliação, integrado por uma espiral de pesquisa-ação; b) tem lugar no mundo real e não em outro hipotético, não separa o processo de realização das condições concretas no qual se desenvolve; c) opera num mundo de interações, que é o mundo social e cultural, não pode referir-se apenas a problemas pedagógicos, considerar o ambiente de aprendizagem como algo social, as interações ensino-aprendizagem dentro de determinadas condições; d) o mundo da práxis é um mundo construído; os alunos, tendo em vista certo currículo, convertem-se em ativos participantes da elaboração de seu próprio saber, obrigando-se a refletir sobre os conhecimentos que mobilizam/produzem/avaliam/reconstróem; e) a práxis é um processo de criação de significado como construção social, permeado de conflitos, imposições, controles, negociações, consensos.

“Formação de educadores no nível médio de ensino: registro de percepções e desenhos curriculares da Escola Normal” (XAVIER e OLIVEIRA, 2007) é título de projeto de pesquisa ao qual se acrescentam dados e análises renovadas conforme a conjuntura indica e o interesse por tomar outras dimensões da temática nos envolve. A finalidade de tal investigação é conhecer e intervir nos processos de formação humana e profissional. Ao longo dos anos alcançamos objetivos de mapear os espaços escolares no âmbito estadual (RJ), analisamos experiências de “reorientação curricular”, implicamo-nos em promover aproximações com estudantes e profissionais destes cursos (Colóquios – seis – realizados desde 2006), teorizar e acompanhar inovações das práticas curriculares na escola básica.

Novas questões vêm sendo levantadas na medida em que nos damos conta das configurações sociais de transformação radical de comportamentos. É ressaltando a correlação de forças e, a partir desta, as perspectivas de teorização que alcançamos, que nos movemos em direção à compreensão dos significados, intenções, condições objetivas e sentidos que os estudos sobre ideologia permitem.

2- Ideologias, mentalidades e discursos

Ideologia é o primeiro dos termos considerados no estudo dos fenômenos que envolvem as escolhas políticas a que se alinham os educadores, tentando lidar com os processos. “*Logia*” significa a ciência ou estudo de algum fenômeno, o conhecimento sistemático do próprio fenômeno. Estudo científico das ideias humanas. Mais o percurso, o movimento, que o produto. (EAGLETON, 1997, p.65)

É desse modo que a palavra francesa *idéologie*, em 1796, é proposta pelo filósofo racionalista Destutt de Tracy e se inclui para referir à filosofia da mente (WILLIAMS, 1983, p. 212). Significados outros/distintos se somaram, sendo popularizado por Napoleão Bonaparte o uso

mais comum na crítica conservadora de qualquer política social. Ideologia, ideólogo, ideológico são termos tomados no sentido de teoria abstrata, não-prática e fanática.

Em Terry Eagleton (1997, p.15-16), a exploração do termo ideologia se vale de uma série de definições em circulação, desde:

- a) O processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) Um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) Ideias para legitimar um poder político dominante;
- d) Ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- (...)
- o) O meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
- p) O processo pelo qual a vida social é convertida em realidade natural.

Interessa-nos a totalidade das formulações que Terry Eagleton (1997) recolhe porque em seu bojo se incluem as explicações de como se forjam as mentalidades e os discursos dos educadores. E como os modos aparentemente inócuos de adotar certas proposições, morais e normativas, mesmo quando submetidas a críticas, ratificam e legitimam sistemas políticos injustos e opressivos. Se Terry Eagleton contém-se frente ao fato de superestimar o poder da ideologia em suas formas dominantes, também não subestima a tenacidade e a penetração das ideologias e seu domínio letal. Um conjunto de discursos difusos, ou um todo pretendendo homogeneizar objetos, escolhas e ações, revelam seu caráter relacional pelos interesses conflitantes entre os quais se deve manobrar incessantemente.

O lugar das lutas políticas é aquele para o qual nos movemos esperançosos, em que formas de consciência podem ser transformadas. Desse modo se posiciona Eagleton (1997, p. 195):

Quando homens e mulheres, engajados em formas locais, inteiramente modestas de resistência política, veem-se trazidos, pelo ímpeto interior de tais conflitos, para o confronto direto com o poder do Estado, é possível que sua consciência política seja definitiva e irreversivelmente alterada. Se uma teoria da ideologia tem algum valor, este consiste em auxiliar no esclarecimento dos processos pelos quais pode ser efetuada praticamente tal libertação diante de crenças letais.

Recuperando e relacionando os termos do título, o interesse é o de abordar, conforme Thompson elabora, a “economia moral” da multidão no contexto em que se tomam os acontecimentos. O objeto da análise está associado ao que se revela como *mentalité*, ou como este autor acentua: a cultura política, as expectativas, as tradições, costumes, relações (às vezes, negociações).

Refere-se Thompson a ações de multidões observadas em praças de mercado e práticas específicas de comércio, pretendendo compreender o espaço “político” em que a multidão pode agir e negociar com as autoridades. Além disso, é preciso atentar para as análises mais amplas das relações entre as duas. De um sem-número de variáveis e muitas evidências chega-se a conclusões sobre a “economia moral”, mesclando contribuições distintas de historiadores sociais e econômicos que atuam como se rivais fossem em contendas político-partidárias. Estudos, normas e expectativas, sob diferentes ângulos, de um mesmo tema, podem ser complementares.

O que os acontecimentos analisados podem informar é como os comportamentos são modificados pelo costume, cultura e razão. Mais que sistemas teóricos especulativos, as ideologias são entendidas como conjuntos de crenças orientadas para a ação. Cada formação social inclui um modo complexo, o que Williams denomina formas de consciência dominantes, residuais e emergentes. Assim sendo, nenhuma hegemonia pode se revelar absoluta. Tender a tratar do estado prático em bloco é idealista e não é neste sentido que a expressão mentalidade se aplica. As ideias em questão, traduzidas pelo discurso ideológico em estado prático envolve metas, motivações, prescrições, imperativos de diferentes sujeitos. Abrange desde o sistema elaborado de pensamento até minúcias da vida cotidiana.

Os discursos também tratados como apêndices ao texto principal que toma como objeto as ideologias acolhidas por diferentes sujeitos quando se misturam e quando se diferenciam em relação às medidas implementadas no âmbito da escola de nível médio, são definidos como ações verbais dotadas de intencionalidade. Têm a função de promover a interação social por intermédio da língua. Através desta, o sujeito tenta influir no comportamento do outro ou fazer com que compartilhe ideias e opiniões.

O ato de argumentar, isto é, orientar o discurso no sentido de conclusões constitui ato linguístico fundamental, subjazendo a todo e qualquer discurso uma ideologia.

Discurso e texto são tomados como expressões semelhantes e distintas diante de tendências variadas da Linguística Moderna. Basicamente, podem-se tomar duas acepções: em um sentido lato para designar toda manifestação da capacidade textual do ser humano, quer se trate de um romance, um poema, uma música, uma pintura, um filme, uma escultura. Aí estão incluídas as comunicações realizadas através de um sistema de signos.

O discurso manifesta-se linguisticamente por meio de textos que consistem em qualquer passagem, fala ou escrita, capaz de formar um todo significativo, mesmo que não-inteligível, sob o ponto de vista ideológico para todo interlocutor.

Thompson nos permite inserir exemplo que considera as características de coerência e coesão interna ao próprio texto, mas que estrutura sentido diverso para determinados ouvintes.

Na fome irlandesa de 1845-47, houve alguns motins contra as exportações nas primeiras fases, mas a rainha pode congratular o povo irlandês, em seu discurso de 1847, por ter sofrido com paciência e resignação. (THOMPSON, p.207)

Do ponto de vista da Linguística, as relações que se estabelecem entre o texto e o evento constitui sua enunciação, podendo-se destacar os elementos: as pressuposições, as manifestações das intenções explícitas ou veladas, as modalizadoras que revelam atitude perante o enunciado que produz; os operadores argumentativos, as imagens recíprocas que se estabelecem entre os interlocutores e as máscaras por eles assumidas.

Tomar os discursos/textos dos materiais/documentos que informam as intenções das autoridades governamentais, em determinado período histórico, implica selecionar e acentuar, através da crítica, os sentidos políticos das ações desencadeadas como práticas pedagógicas/educativas.

Em especial, os relatórios dos Grupos de Trabalho que sustentam os Pareceres que, por sua vez, dão origem às Resoluções, assemelham-se em muitos casos aos textos acadêmicos quanto às pressuposições, as marcas de intenção, aos modalizadores, aos operadores argumentativos. Predominantemente, são estes os discursos/textos adotados para cumprir a função de legitimação das mudanças.

Da leitura, observando a especificidade dos textos/discursos governamentais que promovem a adesão, conformidade, obediência, complementaridade, ou de outra forma, resistência, omissão, crítica, repulsa, se pretende atingir a compreensão a respeito de como se estruturam as ideologias, se forjam as mentalidades, se veiculam os discursos.

As ilustrações que os filmes “Dogville” e “A Separação” favorecem ao buscar compreender como lidar com o consenso e a dispersão de valores, ideias, sentidos, projetos, são desse modo apresentados.

3- Os filmes: quando a arte mobiliza criadores e criaturas

A relação com as artes se promove pelo apelo às reflexões que se instalam. Diante de um quadro, um livro, um filme, não é apenas o lazer que importa. Longe de adotar o sentido produtivo – o que rende? – a produção cinematográfica tem extraordinário alcance.

É desse modo que tomamos duas recentes obras: “Dogville” (Lars Von Trier, 2007) e “A separação” (Asghar Farhadi, 2010) para examinar escolhas e caminhos tomados por sujeitos

contemporâneos, do mesmo campo de trabalho em que nos inserimos, para as análises que pretendemos.

“Dogville” pode ser compreendido como intensa crítica à política externa norte-americana. Uma pequena e isolada cidade, descrita a partir de seus limites e precariedades, recebe visitante que afirma fugir de *gangsters*. A perseguição deve-se ao fato de a jovem (Grace) não desejar se submeter ao grupo, que é apresentado quando homens chegam à cidade e, da janela do carro, fazem oferta de recompensa relacionada à captura da jovem. Tom a recebe e se compromete a escondê-la e, ao mesmo tempo, fazer com que os habitantes da cidade a aceitem. Reuniões ordinárias convocadas por Tom incluem mais este item na pauta: convencer os moradores de que Grace não representa ameaça e risco à cidade. Pretendendo minimizar a desconfiança, Grace oferece-se para ajudar pessoas que absolutamente não têm demandas. O cego, que nega peremptoriamente sua condição, a mãe de família com sua prole, a irmã que se dedica a uma jovem especial, exigindo até mesmo o cuidado com as fraldas, a mulher que se ocupa do sino e da igreja enquanto o padre que nunca chegará é aguardado.

Intensificam-se as relações, os acordos e compromissos quanto mais são negadas as necessidades de atendimento aos anseios, expectativas e condições objetivas, como a de contar com braços para colher e transportar as maçãs. A “generosidade” e submissão aos caprichos, taras, inseguranças, chantagens, manobras por parte da protagonista, são manifestações das facetas comumente observadas nos acordos assimetricamente forjados.

Em posição inferior, desvantajosa para as negociações, evidenciar acordo, submissão às regras, exagerar no zelo às tarefas, calar diante das calúnias, leva o sujeito valer-se de controle absoluto sobre seus sentimentos e acontecimentos, quando, de fato, o que em seu lugar pode ser explicitado é ódio, arrogância, ambição pelo poder.

Do plano das relações pessoais – individuais e coletivas – se chega aos artifícios e artimanhas, manipulações e jogos de interesse frequentes entre grupos políticos, sejam movimentos, tendências, partidos, empresas, nações. Lars Von Trier realça dimensões humanas dos comportamentos que informam conformidade, convergência, acordos, abandono de projetos e princípios, mas que poderão ser entendidas como parte do jogo em que a generosidade é par da arrogância. Submeter-se pode ser etapa do jogo para atingir o domínio da situação. Individual ou coletivamente percebem-se lances consensuais, de modo constante a indicar concordância geral.

De significado comum, a palavra consenso tornou-se importante termo político. Quanto ao uso geral, instiga-nos Williams (1993, p.107), quando comenta as “sutis” mudanças em sua

aplicação política. “Política de consenso pode significar, a partir do sentido corriqueiro, políticas com base em um conjunto existente de opiniões concordantes”. Associa-se a uma política que evita ou elude as diferenças ou divisões de opinião numa tentativa de chegar ao termo médio.

O que se observa no plano político quando é exigida alguma acomodação ou busca do meio-termo é a fuga deliberada de conflitos básicos e princípios. A política de consenso tem referido à evasão branda ou vil de questões e discussões necessárias. A gama real de significados remete a lidar com uma palavra de uso difícil, em um espectro que vai da concordância geral ao assentimento passivo, à sugestão de tipo manipulador de política que procura construir uma maioria silenciosa com a base de poder a partir da qual se podem excluir ou reprimir os movimentos ou ideias dissidentes.

Dramática abordagem de situação que implica consenso é extensamente trabalhada por Edward Saïd (por exemplo, *A pena e a espada*, 2013), que mais que uma obra remete a causa de sua vida. Quando das negociações entre a OLP e Israel, de 1992 em Boston a Oslo, em 1993, suas avaliações sobre as obscenas manifestações e discursos dos líderes Yitzhak Rabin e Arafat, ressaltam o conteúdo das propostas de “consenso”.

A riqueza da obra (o filme, no caso) está nas possibilidades de lidar com interpretações isoladas dos comportamentos humanos do mesmo modo que estão enfaticamente afirmadas as críticas que sofrem as políticas imperialistas, em especial aos Estados Unidos. Desde o nome da cidade Georgetown – à musica “Young Americans”, juntando-se ao que significam as inserções de David Bowie e Lars Von Trier no mundo das artes, o conteúdo deste filme remete a muito mais reflexões do que pode oportunizar a ida ao cinema como momento de lazer.

Juntar nesse conjunto Noam Chomsky, Edward Said, Michael Moore, apenas para citar grandes teóricos e pensadores dos sentidos das políticas e iniciativas governamentais por blocos hegemônicos, amplia os significados e a contextualização dos debates com os quais nos comprometemos.

“A separação” é o contraponto do debate que pretendemos ressaltar. Se em “Dogville” a convergência de ideias, acordos e consenso é a ênfase, em “A Separação” está dada a disputa, o conflito, a dispersão de interesses e necessidades.

O filme iraniano de Asghar Farhadi retrata a vida de sujeitos ordinários marcados por tensão constante frente a costumes religiosos e conflitos pessoais. O divórcio como decisão anunciada diante do juiz, mas rejeitada, por não implicar razão suficientemente grave que o justifique é a cena primeira para situar a tensão permanente na história e no país.

A luta de classes é exposta desde os modos lidar com os costumes fundamentalistas da sociedade iraniana. A opção pelo divórcio por parte de indivíduos incluídos social e economicamente entre estratos superiores do ponto de vista financeiro já os diferencia da condição do outro casal (empregados) que, mesmo lidando com dificuldades de relacionamento, não apresenta esta saída.

Os problemas da família de Simi (Leila Hatami) e Nader (Peyman Moadi), sua filha e o avô paterno distinguem-se conforme os acontecimentos e as atitudes são explicitadas. O problema central é a necessidade de viver fora do Irã e levar sua filha, alegando o anseio e a expectativa de oferecer melhor educação à mesma. O marido – Nader- insiste em ficar em Teerã para cuidar do pai idoso e doente (Alzheimer). As tentativas de contar com outra pessoa para ajudar nos cuidados com o pai e a casa esbarram nas disputas de classe, desde os horários disponibilizados pela empregada e exigidos pelo patrão, as negociações quanto ao salário, a distância da moradia em relação ao local do emprego, a gravidez e a filha pequena da empregada que sempre a acompanha.

Quanto aos costumes, o filme expõe o que além da aparência – os véus, as roupas, a moradia, o trabalho, o lugar dos livros e do estudo, o essencial, o supérfluo e o negligenciado nos tempos e espaços do cotidiano – informam as condições objetivas. Além da pobreza, o desemprego, as dívidas, o atraso das leis do país, o controle e a obediência aos costumes religiosos, lado a lado, a hipocrisia, as soluções individualistas, o pragmatismo secularista e modernizado, próprio dos “esclarecidos”.

O que tensiona e gera reflexões é a permanente exposição das razões que os sujeitos em conflito incorporam. Esses temas renovam-se com a preocupação com a memória, com a narrativa dos oprimidos, com o compromisso de nunca deixar passar o fato como mito, sem contraponto à noção dominante.

4- Cultura profissional, docência e formação

Currículo, cultura profissional, formação e trabalho mesclam-se como temas nas análises dos textos, acontecimentos, experiências e narrativas a que visamos como parte dos desafios que a inserção em determinada categoria profissional exige. Do ponto de vista político, privilegamos as narrativas que requerem intervenção prática nos desenvolvimentos sócio-históricos em andamento, com base em alguma concepção ou ideal estratégicos apropriados à situação.

Mészáros (2009, p. 290) e Saïd (2013) são exemplos mantidos vivos para insistir no compromisso constante de procurar alternativas. Elaborando teoricamente a partir da constatação de que os homens modificam o mundo dando-se conta dos limites que as circunstâncias impõem,

ambos os intelectuais ressaltam que episódios de perda profunda, pessoal e coletiva, associam-se à busca de alternativas positivas e universais, às ideologias, estruturas e alegações sectárias.

No plano político das ações da categoria, Miguel Arroyo (2000, 2004), José Gimeno Sacristán (1997), Jurjo Torres Santomé (2001), Jaume Martínez Bonafé (1997), Mariano Fernandez Enguita (1999) evidenciam, através de seus relatos (de pesquisas e intervenções) o que vem se acumulando como críticas e propostas para a formação e para o trabalho, implicando-se os sujeitos com alternativas de emancipação.

Os marcos oficiais constituindo-se como medidas governamentais e/ou guias curriculares provocam críticas, reações, resistências e padrões de respostas que exigem sistematização teórica sobre como a política dos subalternos se constrói.

Os episódios relevantes nesse percurso são as mobilizações em torno da elaboração da Nova Lei de Diretrizes e Bases, amplamente debatida pelos educadores, ao instalarem-se as discussões sobre a Carta Constitucional de 1988. Logo, as formulações do texto da Lei da Educação e do Plano Nacional de Educação, nos anos 1986 a 2005, pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e outros coletivos (sindicatos e associações profissionais) tomaram rumos ousados quanto a propostas e experiências. Nessa conjuntura, os educadores reivindicaram autoria e responderam pelos produtos nos quais a identidade e o reconhecimento profissional nem sempre foram ressaltados.

O conjunto dos textos oficiais examinados para fundamentar a apreensão do objeto de estudo – a ideologia – recupera a análise dos documentos citados anteriormente (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96; Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores no nível médio, Pareceres e Resolução de 1999 e o documento sobre a Reorientação Curricular no Rio de Janeiro).

São estabelecidos feixes de relação entre os acontecimentos e as manifestações dos sujeitos em cena, particularmente quando se apresentam e defendem no âmbito dos sistemas de ensino as propostas. Os temas realçados para as análises são: a) Políticas Educacionais/Curriculares; b) Documentos oficiais (pressupostos, intenções explicitadas e veladas, modalizadores - conceitos e propostas, argumentos); c) Atitudes de resistência; d) Formação de consciência.

Consideramos a totalidade das experiências de formação, desde a base histórica que em Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo se sustentam, já na década de 1930 do século passado, à perspectiva de instalar os enfoques histórico-analítico e político cultural contemporaneamente. De uma abordagem humanista liberal conforme se apoiavam os textos de formação de professores na literatura educacional, até mesmo nas formulações que a Lei 4.024 de 1961 afirmava, se chega a

conceituações e perspectivas de inovação, tendo os coletivos de educadores respondido consequentemente por acréscimos que tomam crianças, jovens, adultos, tanto quanto os profissionais que por esses trabalhos respondem.

As substituições por textos curriculares cujos lastros desvendam compromissos com políticas econômicas externas predominam como enfoques dominantes de currículo de largo alcance. Os materiais analisados destacam os conteúdos, as competências, a perspectiva biologizante e ou psicologizante da educação, os vínculos imediatos com as empresas e o mundo do trabalho reduzido a oportunidades de emprego. O rigor econômico a que se submete a classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 1999) desloca do contexto tradicional das escolas práticas estabelecidas e modificadas segundo a lógica desses coletivos para a ênfase a manifestações da vitória da lógica do mercado.

Nos textos impostos como guias curriculares, uma espécie de “consenso moral” se forja, permitindo às autoridades transitarem sob argumentos de uma economia moral, como se tudo fosse ajustado às necessidades modernas, às demandas da população, aos avanços tecnológicos, ao desenvolvimento social, ao crescimento econômico,

5- Conclusões parciais:

Impressões acerca dos protestos e constatações acerca das mudanças sociais em foco nesses últimos meses no país, ao mesmo tempo que ressoam as manifestações de alcance e configurações diversificadas em muitos países nos implicam na construção deste texto. Escolher a juventude como segmento imediatamente envolvido – sua formação e os projetos a sua disposição para engajar-se no mundo do trabalho é outra faceta valorizada ao pretender perseguir objetivos de estudo que se mesclam a causas (sociais, políticas, existenciais).

Ao pautar os estudos do campo do currículo, definindo textos e práticas de intervenção na escola e na sociedade, os referenciais de análise são reconhecidos nos dados informados pelo sistema de ensino estadual/nacional referentes aos estudantes de nível médio em cursos que atingem a profissionalização. Juventude é neste contexto tomada não como mero estágio de transição da infância à vida adulta. Juventude é algo que ocorre em si, que concentra particularidades, acentua distinções, informa mudanças, processos de renovação da vida, mesmo que não contemplem planos e utopias.

Os estudos histórico-filosóficos aproximam-nos de sujeitos concretos, que têm uma história, estão envolvidos em um sistema hegemônico. Há determinações, estrutura móvel, pluralidade de inserções e destinos, possibilidades de mudanças e alternativas.

Neste sentido, ao tomar todos os homens como filósofos, da maneira como Gramsci propõe, estamos distinguindo cada um em sua posição, exercendo papel em qualquer plano organizado ou organizando-se de algum modo. E a Filosofia tensiona os significados que marcam as condições de homem-massa e sujeitos coletivos.

A pesquisa a que nos dedicamos considera a segregação de certos estratos tomados na dupla relação que a escola de nível médio foca – formação e trabalho. No plano político, ao situar a massa desagregada na construção da classe, a compreensão de como se forjam as políticas, como se autorizam uns e outros a responderem pelos projetos em disputa, que ideologias os sustentam, que mentalidades-identidades de classe e discursos se estruturam, torna-se imprescindível quando a predominância da técnica submete a experiência estratégica das trincheiras.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

ARROYO, M. (2000). *Ofício de Mestre*. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (2004). *Imagens quebradas*. Trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis, RJ: Vozes.

EAGLETON, T. (1997). *Ideologia*. Uma introdução. Tradução: Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora UNESP: Editora Boitempo.

FERNANDEZ ENGUITA, M. (1999) *La profesión docente y la comunidad escolar: cronica de un desencuentro*. Madrid: Morata-Fundación Paideia.

GIMENO SACRISTÁN, J. (1997). *Docencia y Cultura Escolar*. Reformas y modelo educativo. Buenos Aires: Lugar Editorial.

MARTÍNEZ BONAFÉ, J. (1997). *Trabajar en la escuela*. Profesorado y reformas en el umbral del siglo XXI. Madrid: Miño y D'Avila.

SAÏD, E. (2013). *A pena e a espada*. Diálogos com Edward W. Saïd por David Barsamian. Tradução de Matheus Corrêa. 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP.

SHIROMA, E., MORAES, C. & EVANGELISTA, O. (2004). A colonização da utopia nos discursos sobre a formação docente. Florianópolis: *Perspectiva*, v.22, n°2, p. 525-545.

THOMPSON, E. (1998). *Costumes em Comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras.

TORRES SANTOMÉ, J. (2001). *Educación en tiempos de neoliberalismo*. Madrid: Morata.

WILLIAMS, R. (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução: Sandra G. Vasconcelos. São Paulo: Boitempo.

XAVIER, G. & OLIVEIRA, G. (2007). Formação de Educadores no Nível Médio de Ensino. Registros de percepções e desenhos curriculares da Escola Normal. *Revista Curriculistas*. Apresentação, Faculdade de Educação-UFF.

_____ & MONTEIRO, L. (2012). *Práticas de Ensino nas Escolas Normais: quando a experiência de formação de professores confronta costumes e tradições*. Anais do XVI ENDIPE. Campinas/UNICAMP. Junqueira e Marins Editores, Livro 2.